



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Grupo de Trabalho Questão Terras Indígenas**

**REQUERIMENTO Nº 03 /2013**  
**(Do Sr. Domingos Dutra)**

Senhor Mediador do Grupo de Trabalho Questões Terras Indígenas,

Requeiro a realização, no âmbito do Grupo de Trabalho Questão Terras Indígenas, de audiência pública para discutir as impactantes informações constantes no recém-encontrado “*Relatório Figueiredo*”, documento resultante de uma Comissão de Investigação do Ministério do Interior, presidida pelo procurador federal Jader de Figueiredo Correia, que faz um levantamento da violência contra indígenas por agentes públicos e privados nos anos 60, bem como debater seus reflexos na atual conjuntura indígena.

**Justificativa**

A violência sofrida por indígenas no período da ditadura militar foi trazida inicialmente a esta Casa através de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), ocorrida em 09/05/2012, que tratou do massacre dos Waimiri-Atroari, noticiado pelo jornal “*A Crítica*”, do Estado do Amazonas. No evento, teve-se dimensão da gravidade do assunto.

Ao longo do ano de 2012, organizações sociais ligadas ao tema levantaram diversos aspectos e fatos que fundamentaram a inclusão da vertente indígena nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Não só os Waimiri-Atroaria, mas estão sendo consideradas outras etnias, como o Arara e Suruí do Pará e Potiguaras da Paraíba. Tudo indica que as violações de direitos humanos de outras etnias devem ser apuradas pela Comissão da Verdade. O grupo de trabalho criado foi para apurar “violações de direitos humanos, praticadas por motivação política, relacionadas à luta pela terra ou contra os povos indígenas”.

Com o intuito de contribuir com a Comissão da Verdade, foi iniciada a pesquisa colaborativa “*Povos Indígenas e Ditadura Militar: subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988*”, contando com o apoio e envolvimento da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP-SP), Grupo Tortura Nunca Mais-SP (GTNM-SP), Associação Juizes para a Democracia (AJD), Armazém Memória, da Konoinia Presença Ecumênica e Serviço (Konoinia) e Instituto de Políticas Relacionais (IPR).

Em novembro de 2012, foi apresentado o primeiro relatório parcial sistematizando as informações levantadas no âmbito da pesquisa colaborativa, com base no mapeando de fontes documentais e visitas ao Arquivo Nacional - regional Brasília, Centro de Documentação da FUNAI, Arquivo do Museu do Índio no Rio de Janeiro, Instituto Sócio Ambiental (ISA) e ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Houve levantamentos sobre o Reformatório Indígena Krenak (cadeia oficial criada pelo Estado) e a ação da Guarda Rural Indígena sob comando da Polícia Militar mineira e presidência da Funai que, inclusive, ensinava técnicas



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Grupo de Trabalho Questão Terras Indígenas

de torturas a tribos indígenas. Houve também um minucioso trabalho de pesquisa e de localização e recomposição de documentos, alguns até então desaparecidos, entre eles o *Relatório Figueiredo*.

O *Relatório Figueiredo*, documento de investigações do próprio Estado Brasileiro, apontava assassinatos de índios (individuais e coletivos), prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, usurpação do trabalho do índio, apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena, alienação de patrimônio indígena, cárcere privado, etc. Houve indicação, inclusive, dos responsáveis, das vítimas e das violências ocorridas, sendo, portanto, imprescindível conhecer o conteúdo do referido Relatório e seus desfechos.

A realização da audiência pública proposta, além de servir para que o legislativo avance em sua contribuição à Comissão da Verdade na recuperação da verdade histórica, poderá, sobretudo, contribuir na busca de justiça nos dias atuais aos povos indígenas, uma vez que, infelizmente, ainda há o mesmo argumento de fundo, que é a questão da submissão dos direitos indígenas ao modelo de desenvolvimento vigente. Os trabalhos do GT Questão Terras Indígenas e os desencadeados pela Comissão da Verdade poderão, portanto, somar-se na busca de uma mudança na conduta da sociedade e do Estado brasileiro com os povos indígenas.

Deputado Domingos Dutra.  
PT/MA